

ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N.º 77, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023

Dispõe sobre a publicação dos atos judiciais dos órgãos da Justiça do Trabalho no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO e do CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando que compete ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho expedir normas relacionadas aos sistemas de informática, no âmbito de suas competências;

considerando o disposto no art. 4º da Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que autoriza a comunicação oficial dos atos processuais por meio eletrônico para quaisquer efeitos legais;

considerando o teor da [Resolução n.º 455, editada pelo Conselho Nacional de Justiça, em 27 de abril de 2022](#), que institui o Portal de Serviços do Poder Judiciário (PSPJ), na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), para usuários externos, bem como regulamenta o Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) e o Domicílio Judicial Eletrônico; e

considerando a necessidade de modernização do fluxo de envio de atos processuais para publicação,

RESOLVE:

Art. 1º O presente Ato Conjunto dispõe sobre a publicação dos atos judiciais produzidos pelos órgãos da Justiça do Trabalho no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), implantado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Seção I
Regras gerais
Funcionamento do DJEN

~~**Art. 2º** O Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) passa, a partir de 1º de março de 2024, a ser o instrumento oficial de publicação dos atos~~

~~enviados diretamente pelo sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe), para quaisquer efeitos legais, com exceção dos casos que exijam intimação ou vista pessoal.~~

Art. 2º O Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) passa, a partir de 1º de agosto de 2024, a ser o instrumento oficial de publicação dos atos enviados diretamente pelo sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe), para quaisquer efeitos legais, com exceção dos casos que exijam intimação ou vista pessoal. ([Redação dada pelo Ato Conjunto n. 14/TST.CSJT.GP, de 26 de fevereiro de 2024](#))

§ 1º Os atos mencionados no caput referem-se a acórdãos, sentenças, decisões, despachos, editais, intimações, bem como as listas de distribuição e de redistribuição de processos. ([Incluído pelo Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP, de 1º de agosto de 2024](#))

§ 2º No Tribunal Superior do Trabalho, as pautas das sessões de julgamento passarão a ser disponibilizadas no DJEN, a partir de 1º de agosto de 2024, e as atas das sessões de julgamento continuarão a ser disponibilizadas exclusivamente nos respectivos Cadernos Judiciários do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), enquanto não for desenvolvida funcionalidade para publicação no DJEN. ([Incluído pelo Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP, de 1º de agosto de 2024](#))

§ 3º As atas e as pautas das sessões de julgamento nos Tribunais Regionais do Trabalho continuarão a ser disponibilizadas exclusivamente nos respectivos Cadernos Judiciários do DEJT, enquanto não for desenvolvida funcionalidade para publicação no DJEN. ([Incluído pelo Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP, de 1º de agosto de 2024](#))

~~**Art. 3º** A disponibilização de matérias no DJEN será feita de segunda a sexta-feira, a partir das 19h, exceto nos feriados nacionais e regionais registrados no sistema processual.~~

Art. 3º A disponibilização de matérias no DJEN será feita de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais e regionais registrados no sistema processual. ([Redação dada pelo Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP, de 1º de agosto de 2024](#))

~~**§ 1º** O horário limite para o envio de matérias será 17h do dia da disponibilização.~~

§ 1º Os atos judiciais enviados até as 22h29 serão disponibilizados no DJEN no primeiro dia útil seguinte. ([Redação dada pelo Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP, de 1º de agosto de 2024](#))

~~§ 2º O cancelamento de matérias enviadas somente será possível até o horário estabelecido no § 1º deste artigo.~~

§ 2º O cancelamento de matérias encaminhadas para disponibilização deverá ser realizado pelo sistema Pje, até as 23h59 do dia do envio. ([Redação dada pelo Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP, de 1º de agosto de 2024](#))

§ 3º A data considerada como de publicação será o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da matéria no DJEN, de acordo com o art. 4º, § 3º, da Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

§ 4º O início da contagem dos prazos processuais coincidirá com o primeiro dia útil seguinte à data considerada de publicação, conforme preceitua o art. 4º, § 4º, da Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

§ 5º As matérias disponibilizadas no DJEN não poderão ser modificadas ou suprimidas, ficando estabelecido que eventuais retificações deverão constar de nova publicação. ([Incluído pelo Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP, de 1º de agosto de 2024](#))

§ 6º Poderá ser realizada, excepcionalmente, a exclusão de matéria disponibilizada no DJEN, mediante autorização expressa do respectivo Presidente do órgão da Justiça do Trabalho, quando o conteúdo veiculado: ([Incluído pelo Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP, de 1º de agosto de 2024](#))

I- for incompatível com a finalidade do DJEN; ([Incluído pelo Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP, de 1º de agosto de 2024](#))

II- estiver protegido por sigilo ou segredo de justiça. ([Incluído pelo Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP, de 1º de agosto de 2024](#))

Art. 4º Durante o período de suspensão do prazo processual previsto no art. 775-A do Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei n.º 13.545, de 19 de dezembro de 2017, será mantida a disponibilização de matérias no DJEN, nos termos do art. 28 da [Resolução CSJT n.º 185, de 24 de março de 2017](#), com a redação dada pela [Resolução CSJT n.º 241, de 31 de maio de 2019](#).

Parágrafo único. As matérias disponibilizadas a que se refere o caput serão consideradas publicadas no primeiro dia útil seguinte ao do período de suspensão do prazo processual.

Art. 5º O Diário de Justiça Eletrônico Nacional estará disponível no sítio do Conselho Nacional de Justiça na internet, no seguinte endereço: <https://comunica.pje.jus.br/>.

Art. 6º A divulgação dos dados processuais no DJEN observará o sigilo ou o segredo de justiça, nos termos da legislação.

Art. 7º A responsabilidade pelo conteúdo enviado ao DJEN é da unidade que o produziu.

Seção II

Regras transitórias

Funcionamento do DEJT e do DJEN simultaneamente

~~**Art. 8º** Os atos enviados diretamente pelo sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) serão disponibilizados de forma simultânea e automática no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), até 31 de janeiro de 2024, com o objetivo de garantir a transição segura do DEJT para o DJEN a partir da data estabelecida no art. 2º deste Ato Conjunto.~~

~~**Art. 8º** Os atos enviados diretamente pelo sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) serão disponibilizados de forma simultânea e automática no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), até 29 de fevereiro de 2024, com o objetivo de garantir a transição segura do DEJT para o DJEN a partir da data estabelecida no art. 2º deste Ato Conjunto. ([Retificado pelo Ato Conjunto n. 80/TST.CSJT.GP, de 31 de outubro de 2023](#)).~~

Art. 8º Os atos enviados diretamente pelo sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) serão disponibilizados de forma simultânea e automática no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), até 31 de julho de 2024, com o objetivo de garantir a transição segura do DEJT para o DJEN a partir da data estabelecida no art. 2º deste Ato Conjunto. ([Redação dada pelo Ato Conjunto n. 14/TST.CSJT.GP, de 26 de fevereiro de 2024](#))

§ 1º Até a data prevista no caput, as publicações no DJEN terão caráter meramente informativo, sendo consideradas válidas para quaisquer efeitos legais as publicações no DEJT.

§ 2º O envio de matérias para disponibilização no DJEN e no DEJT simultaneamente somente será realizado pelo sistema PJe, observando-se o seguinte cronograma:

~~a) expedientes: a partir de 1º de novembro de 2023;~~

a) expedientes: a partir de 2 de maio de 2024; ([Redação dada pelo Ato Conjunto n. 14/TST.CSJT.GP, de 26 de fevereiro de 2024](#))

~~b) listas de distribuição de processos: a partir de 1º de março de~~

2024; e

b) listas de distribuição de processos: a partir de 1º de junho de 2024; ([Redação dada pelo Ato Conjunto n. 14/TST.CSJT.GP, de 26 de fevereiro de 2024](#))

~~**c)** pautas de sessão de julgamento e acórdãos: a partir de 1º de março de 2024.~~

c) pautas de sessão de julgamento e acórdãos: a partir de 1º de julho de 2024. ([Redação dada pelo Ato Conjunto n. 14/TST.CSJT.GP, de 26 de fevereiro de 2024](#))

§ 3º Durante a utilização das duas plataformas de divulgação, competirá às equipes que trabalham com o sistema PJe nos Tribunais e aos Gestores Regionais do DEJT monitorar a equivalência das publicações no DEJT e no DJEN, bem como repassar os resultados à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) e à Gestão Nacional do DEJT no CSJT.

Art. 9º A disponibilização de matérias no DEJT e no DJEN será feita de segunda a sexta-feira, a partir das 19h, exceto nos feriados nacionais, mantendo a regra estabelecida no art. 7º do [Ato Conjunto TST.CSJT.GP n.º 15, de 5 de junho de 2008](#).

§ 1º O horário-limite para o envio de matérias para o DEJT e para o DJEN será 17h do dia da disponibilização.

§ 2º As matérias enviadas para o DEJT e para o DJEN após o horário-limite previsto no § 1º deste artigo serão disponibilizadas no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º O cancelamento de matérias enviadas para disponibilização no DEJT e no DJEN deverá ser realizado por meio do sistema PJe da Justiça do Trabalho, até o horário estabelecido no § 1º deste artigo.

Seção III Disposições finais

~~**Art. 10.** O DJEN substituirá os Cadernos Judiciários do DEJT, a partir de 1º de março de 2024, relativamente à publicação dos atos enviados pelo sistema PJe.~~

Art. 10. O DJEN substituirá os Cadernos Judiciários do DEJT, a partir de 1º de agosto de 2024, relativamente à publicação dos atos enviados pelo sistema PJe. ([Redação dada pelo Ato Conjunto n. 14/TST.CSJT.GP, de 26 de fevereiro de 2024](#))

Parágrafo único. As Corregedorias dos Tribunais da Justiça do

Trabalho que publicam no DEJT, por meio do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe Cor), desenvolvido pelo CNJ, deverão adotar o DJEN como meio oficial de disponibilização de seus atos, a partir da data estabelecida no caput.

~~**Art. 11.** Ficam mantidas válidas, para quaisquer efeitos legais, as publicações de matérias judiciais no DEJT encaminhadas pelos sistemas legados da Justiça do Trabalho, até 31 de julho de 2024.~~

~~**Art. 11.** Ficam mantidas válidas, para quaisquer efeitos legais, as publicações de matérias judiciais no DEJT encaminhadas pelos sistemas legados da Justiça do Trabalho, até 31 de janeiro de 2025. ([Redação dada pelo Ato Conjunto n. 14/TST.CSJT.GP, de 26 de fevereiro de 2024](#))~~

Art. 11. Ficam mantidas válidas, para quaisquer efeitos legais, as publicações de matérias judiciais no DEJT não relacionadas no art. 2º, § 1º, deste Ato Conjunto, encaminhadas por sistema diverso do PJe, até 31 de janeiro de 2025. ([Redação dada pelo Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP, de 1º de agosto de 2024](#))

~~**Parágrafo único.** Os órgãos da Justiça do Trabalho deverão adotar providências para publicar no DJEN as matérias a que se refere o caput, a partir de 1º de agosto de 2024.~~

~~**Parágrafo único.** Os órgãos da Justiça do Trabalho deverão adotar providências para publicar somente no DJEN as matérias a que se refere o caput, a partir de 1º de fevereiro de 2025. ([Redação dada pelo Ato Conjunto n. 14/TST.CSJT.GP, de 26 de fevereiro de 2024](#)) ([Suprimido no Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP, de 1º de agosto de 2024](#))~~

Art. 12. O Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho permanecerá como instrumento de publicação dos atos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, bem como dos atos de gestão administrativa do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Parágrafo único. Os atos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho que tramitarem pelo sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) serão disponibilizados no DJEN. ([Incluído pelo Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP, de 1º de agosto de 2024](#))

Art. 12-A. As emendas regimentais, os atos regulamentares, as resoluções, as portarias, as atas das sessões solenes, as designações e os cancelamentos das sessões, os comunicados de realização de sessão administrativa, as autorizações para afastamento do país e outros atos produzidos nas áreas judiciárias e nas corregedorias da Justiça do Trabalho que contenham formato não recepcionado pela plataforma do DJEN serão

disponibilizados no Caderno Administrativo do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT). ([Incluído pelo Ato Conjunto n. 52/TST.CSJT.GP, de 1º de agosto de 2024](#))

Art. 13. Os horários mencionados neste Ato correspondem ao horário oficial de Brasília - DF.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, observados os procedimentos operacionais determinados pelo Conselho Nacional de Justiça.

Art. 15. Este Ato Conjunto entra em vigor na data de sua publicação.

LELIO BENTES CORRÊA
Presidente

Este texto não substitui o original publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.